O PAPEL PEDAGÓGICO DA TRIBUTAÇÃO SOBRE PRODUTOS DE NOCIVO IMPACTO SOCIAL: ANÁLISE DA SOBRETAXAÇÃO SOBRE CIGARROS E BEBIDAS ALCOÓLICAS

Autor(res)

Alain Oliveira Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA

Introdução

A tributação não exerce apenas uma função arrecadatória, mas também regulatória e educativa, especialmente quando aplicada a produtos de alto impacto social e à saúde pública, como cigarros e bebidas alcoólicas. Nesse contexto, o Estado utiliza a imposição de impostos especiais de consumo e o aumento de alíquotas como instrumentos para desestimular o consumo, alinhando-os à proteção da coletividade e à redução de externalidades negativas. A Constituição Federal de 1988 consagra princípios como a dignidade da pessoa humana e o direito à saúde, que sustentam a legitimidade dessa política tributária. Portanto, o estudo da tributação adicional desses produtos evidencia a intersecção entre tributação, direitos fundamentais e políticas de saúde pública.

Objetivo

Este artigo tem como objetivo analisar a função educativa da tributação sobre produtos nocivos, com foco na política de tributação adicional para cigarros e bebidas alcoólicas, investigando sua base constitucional, sua eficácia como instrumento de desestimulo ao consumo e seu impacto social. O estudo também busca discutir as tensões entre a arrecadação tributária e as funções extrafiscais do impos

Material e Métodos

O estudo adota o método dedutivo com abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica em direito tributário especializado e constitucional, análise da legislação vigente (com destaque para o artigo 153, IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a seletividade com base na essencialidade dos produtos) e exame da jurisprudência dos tribunais superiores sobre extrafiscalidade. O estudo é complementado com dados de organismos nacionais e internacionais que avaliam a eficácia da tributação na redução do consumo de cigarros e bebidas alcoólicas.

Resultados e Discussão

A análise revela que a supertributação de cigarros e bebidas alcoólicas exerce relevante papel educativo ao associar custos econômicos a riscos sociais e à carga tributária que esses produtos impõem ao sistema de saúde. Estudos da Organização Mundial da Saúde demonstram que o aumento dos preços desses produtos reduz

significativamente seu consumo, principalmente entre jovens e grupos de menor renda, população mais vulnerável aos malefícios. No Brasil, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a legitimidade da extratributação como instrumento de política pública, consolidando a possibilidade de incidência de impostos mais elevados sobre bens nocivos à coletividade. No entanto, persistem desafios, como o risco de sonegação fiscal, o contrabando e a necessidade de políticas complementares de prevenção e educação.

Conclusão

Observa-se que a tributação de produtos com impacto social nocivo, especialmente cigarros e bebidas alcoólicas, desempenha um papel educativo essencial, atuando como ferramenta de desestímulo ao consumo e de promoção da saúde pública. Embora não possa ser considerada medida isolada, a extratributação apresenta-se como um instrumento legítimo e constitucionalmente adequado para equilibrar a arrecadação e os interesses sociais, reforçando o papel do Estado na proteção da coletividade. Porém, a eficácia da política tributária depende de sua integração com outras medidas educativas e de controle.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Report on the Global Tobacco Epidemic. Geneva: WHO, 2023.
TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Financeiro e de Direito Tributário. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2022.